

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MURILO VAGNER FERNANDES**

**JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: A RELAÇÃO COM O MERCADO DE  
TRABALHO**

**FLORIANÓPOLIS - SC  
2019**

**MURILO VAGNER FERNANDES**

**JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: A RELAÇÃO COM O MERCADO DE  
TRABALHO**

Trabalho de Conclusão do Curso de  
Graduação em Serviço Social do Centro  
Socioeconômico da Universidade Federal  
de Santa Catarina apresentado como  
requisito para a obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social

**Orientadora:** Profa. Dra. Dilceane  
Carraro.

**FLORIANÓPOLIS - SC  
2019**



Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fernandes, Murilo Vagner  
Juventudes e Políticas Públicas: A Relação com o Mercado  
de Trabalho / Murilo Vagner Fernandes ; orientadora,  
Dilceane Carraro , 2019.  
46 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

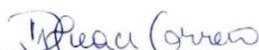
1. Serviço Social. 2. Juventude. 3. Mercado de trabalho  
. 4. Políticas Públicas e Juventudes. I. , Dilceane  
Carraro. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Graduação em Serviço Social. III. Título.

**MURILO VAGNER FERNANDES**

**JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: A RELAÇÃO COM O MERCADO DE  
TRABALHO**

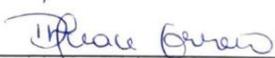
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2019.



Profa. Dilceane Carraro, Dra.  
Coordenadora do Curso

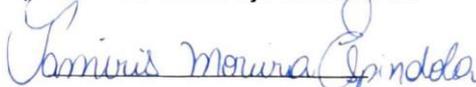
**Banca Examinadora:**



Profa. Dilceane Carraro, Dra.  
Orientadora  
Departamento de Serviço Social/UFSC



Profa. Marisa Camargo, Dra.  
Avaliadora  
Departamento de Serviço Social/UFSC



Assistente Social Tamiris Moreira Espíndola  
Avaliadora  
Centro Cultural Escrava Anastácia / Instituto Wilson Grow

***À minha família.***

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a DEUS, pela vida, saúde, paz, alegria e força para superar todos os desafios encontrados ao longo desta jornada.

Agradeço muito aos meus pais, Moacir Joao Fernandes e Aracy de Oliveira Fernandes, pelo o amor incondicional, pela dedicação, pelos ensinamentos e por todo apoio dado em toda minha vida.

Dedico também um carinho especial a minha esposa Gabrielle, por estar o tempo todo me incentivando, com muito amor, carinho, compreensão e por me fazer cada dia mais feliz. Te amo.

E aos meus filhos amados, Luiza e Guilherme que são a razão do meu viver.

A todos os professores que tive o prazer de conhecer e também aprender muito com suas aulas.

Às professoras orientadoras, Dilceane Carraro e Simone Sobral, por aceitar meu convite de orientar-me, ajudando-me com muita sabedoria e paciência nesse processo de formação acadêmica.

A toda equipe de profissionais e aprendizes do Centro Cultural Escrava Anastácia, que me acolheram de forma tão carinhosa, e deixaram em mim um pouquinho do conhecimento de cada um.

## RESUMO

O presente trabalho é resultado que se constitui de uma análise sobre a relação do jovem com o mercado de trabalho e que foi provocada a partir da experiência do estágio obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, no primeiro semestre de 2017, na Instituição Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), na qual atuei como estagiário de Serviço Social. A experiência do estágio foi o incentivo para discutir e compreender o lugar do trabalho nas políticas públicas destinadas aos jovens. O objetivo desse trabalho é analisar como se dá o processo de profissionalização desses jovens e de como aparecem as políticas públicas para a juventude, especialmente aquelas vinculadas ao trabalho. Abordaremos também como se dá a vinculação entre a inserção no mercado de trabalho relacionada com a escolaridade e com o lugar do Estado e da família, reproduzindo jovens no mercado de trabalho de forma precoce. A metodologia escolhida para realização da pesquisa foi um levantamento bibliográfico das produções sobre a temática. Por meio de análises e com embasamento teórico, se realizou uma compreensão mais ampla sobre o tema em foco, principalmente no sentido de conceber quem são os sujeitos que acessam de fato esse programa, as motivações as quais levaram os adolescentes e jovens a sentirem necessidade de ingressar no mundo do trabalho, dentre outros aspectos. O trabalho apresenta-se em três capítulos: no primeiro, apresentamos algumas análises acerca da juventude, bem como, uma discussão acerca da ideologia do trabalho na sociabilidade capitalista; no segundo capítulo, trataremos sobre a relação juventude e trabalho, abordando um breve resgate histórico sobre as políticas públicas para a juventude, na qual se destacam aquelas relacionadas ao trabalho e; finalmente, no último capítulo, abordaremos a relação entre juventude, trabalho e emprego, escolaridade e família, bem como as expectativas relacionadas ao trabalho e ao futuro.

**Palavras-Chave:** Juventude; Mercado de Trabalho; Políticas Públicas para Juventude.

## ABSTRACT

The present work is the result of an analysis of the relationship of young people with the labor market and which was provoked from the experience of the mandatory internship of the Social Service course at the Federal University of Santa Catarina, in the first semester of 2017, at the Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), where I worked as a Social Service intern. The internship experience was an incentive to discuss and understand the place of work in public policies aimed at young people. The objective of this work is to analyze how the process of professionalization of these young people takes place and how public policies for youth appear, especially those related to work. We will also address how the link between insertion in the labor market related to schooling and the place of the State and family occurs, reproducing young people in the labor market at an early stage. The methodology chosen to carry out the research was a bibliographic survey of the productions on the theme. Through analyzes and with a theoretical basis, a broader understanding of the topic in focus was realized, mainly in the sense of conceiving who are the subjects that actually access this program, the motivations that led adolescents and young people to feel the need to enter the world of work, among other aspects. The work is presented in three chapters: in the first, we present some analyzes about youth, as well as, a discussion about the ideology of work in capitalist sociability; in the second chapter, we will deal with the relationship between youth and work, covering a brief historical review of public policies for youth, in which those related to work are highlighted and; finally, in the last chapter, we will address the relationship between youth, work and employment, education and family, as well as expectations related to work and the future.

**Keywords:** Youth; Labor market; Public Policies for Youth.

## LISTAS DE SIGLAS

<b>CCEA</b>	Centro Cultural Escrava Anastácia
<b>CNJ</b>	Secretaria Nacional da Juventude
<b>CSJs</b>	Consortio Sociais da Juventude
<b>CONJUVE</b>	Conselho Nacional da Juventude
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e Adolescente
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PNAD</b>	Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PNJ</b>	Política Nacional da Juventude
<b>PROJOVEM</b>	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
<b>SINAJUVE</b>	Sistema Nacional de Juventude
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura.

”Mesmo nos momentos em que eu sozinho desenvolvo uma atividade científica, uma atividade que raramente posso levar ao fim em direta associação com outros, sou social, porque é como homem que realizo tal atividade. Não é só o material da minha atividade – como também a própria linguagem que o pensador emprega – que me foi dado como produto social. A minha própria existência é atividade social. Por conseguinte, o que eu próprio produzo é para a sociedade que o produzo e com a consciência de agir como ser social.”

**Karl Marx**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 JUVENTUDE E TRABALHO .....</b>	<b>17</b>
1.1 ANÁLISES ACERCA DA JUVENTUDE .....	17
1.2 A IDEOLOGIA DO TRABALHO .....	22
<b>2 OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO .....</b>	<b>26</b>
2.1 A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO .....	26
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE .....	29
<b>3 OS JOVENS INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO: CONTROVÉRSIAS ENTRE TRABALHO, ESCOLARIDADE E FUTURO .....</b>	<b>35</b>
3.1 A RELAÇÃO EMPREGO / ESCOLARIDADE .....	35
3.2 A RELAÇÃO COM O FUTURO É MARCADO PELO TRABALHO .....	37
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo central analisar a inserção dos jovens adolescentes no mundo do trabalho no atual contexto da sociedade capitalista. No Brasil, os jovens têm muitas dificuldades para entrar no mercado de trabalho formal. Essas dificuldades estão relacionadas com a falta de experiência, exigência posto pelos empregadores e que não consegue ser atendida pelos recém jovens pois estão em busca da primeira experiência de trabalho. Com isso, uma pergunta se coloca: como ficam os jovens? Ficam sem oportunidade de ter essa experiência? Máximo (2012), diz que principalmente no final da década de 1970, e nas décadas seguintes de 1980 e 1990, o número de adolescentes em busca de um salário aumentou. A razão mais visível desse aumento se deve as constantes crises econômicas que obrigam os mais novos a contribuírem com o sustento da família. Conforme a autora “a juventude brasileira foi profundamente afetada pelas transformações econômicas das décadas de 1980 e 1990, novas tecnologias, precarização do trabalho e reestruturação das empresas” (MÁXIMO, 2012, p. 38).

Portanto, as razões que justificam apresentar essa discussão consistem em compreender o desenvolvimento da inserção profissional de jovens que iniciam sua vida no mercado de trabalho, através do Programa Jovem Aprendiz (PJA). Trazer os desafios enfrentados por eles na conciliação entre escola, família e trabalho. Desafios esses sejam no âmbito familiar, ou na condição de trabalho, ou até mesmo de como ter um bom aproveitamento escolar. Também esse estudo pretende mostrar a importância da manutenção de políticas públicas voltadas a esse público que já se forma um “exército industrial de reserva”<sup>1</sup> esperando uma oportunidade no mercado de trabalho.

A motivação para a escolha desse tema surgiu a partir da experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social, vivenciado no período de março de 2017 até julho de 2018, tendo como local a instituição Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA). Núcleo este, que visa à capacitação de adolescentes de 14 a 24 anos, inserindo-os no mercado de trabalho, conforme assegurado pela Lei 10.097/00, a “Lei da Aprendizagem”. Esta lei vem complementar o Estatuto da Criança e do

---

<sup>1</sup> Exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx em sua crítica da economia política, e refere-se ao desemprego estrutural das economias capitalista.

Adolescente (ECA) e, entre outras medidas, determina a obrigatoriedade da contratação de aprendizes em empresas de médio e grande porte. Salienta-se, assim, a importância do cumprimento da “Lei da Aprendizagem”, para que o jovem tenha acesso ao primeiro emprego, através de capacitação e formação técnico-profissional.

O Programa Jovem Aprendiz tem o intuito de inserir adolescentes e jovens no mercado de trabalho, por meio de contratos de trabalho, chamados “especiais”. Ainda referente ao programa, este tem a intenção de qualificar adolescentes e jovens e vem se embasando na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e mais recentemente no Estatuto da Juventude. Portanto foram três semestres de muito aprendizado na atuação direta dos jovens e também com a família, buscando sempre a garantia de direitos perante a sociedade, ajudando em seus enfrentamentos para busca de uma realização profissional. Auxiliando eles a um aprendizado de uma nova profissão até então desconhecida, foram tantas boas experiências que fica até difícil de colocar dentro de um parágrafo.

Buscaremos neste trabalho analisar como se dá o processo de profissionalização desses jovens e de como aparecem as políticas públicas para a juventude, especialmente aquelas vinculadas ao trabalho. Abordaremos também como se dá a vinculação entre a inserção no mercado de trabalho relacionada com a escolaridade e com o lugar do Estado e da família, reproduzindo jovens no mercado de trabalho de forma precoce. Os dados sobre mercado de trabalho e juventude no Brasil, diretamente por meio das fontes oficiais (IBGE e OIT), bem como, de autores que os utilizam, fazem parte de todo o desenvolvimento do trabalho.

Dessa forma, o objetivo central do trabalho é refletir sobre a relação entre jovens e mercado de trabalho, permeados pela escolaridade e pelas expectativas de futuro, pelo lugar da família e das políticas públicas asseguradas pelo Estado. Ao apresentar a especificidades da inserção dos jovens no mercado de trabalho, situar a aspectos da política de emprego no Brasil, situar a política dos Consórcios Sociais da Juventude, contribuindo para uma reflexão sistemática sobre aspectos a balizar a política de emprego para os jovens no país.

O trabalho será estruturado da seguinte forma:

No primeiro capítulo abordaremos algumas reflexões acerca da juventude, sua idade, características, seu modo de pensar. Compreendendo de forma sucinta e histórica sua trajetória no passado até os dias atuais, mostrando que as preocupações desses jovens tiveram grande mudança ao longo do tempo. Mudanças essas seja

política, na sociedade ou até mesmo cultural. Jovens buscando um país melhor de se viver. Também ficará bem claro que os jovens de famílias pobres são os que mais enfrentam dificuldades para entrar no mercado de trabalho, e assim demorando ainda para conquistar sua identidade profissional.

Serão expostas teorias sobre a ideologia do trabalho, em que abordaremos autores clássicos para explicar esse assunto complexo, autores como Karl Marx, Marilena Chauí entre outros, nos farão refletir nesse tema de extrema importância. Esclarecendo o trabalho como um processo de transformação que signifique a formação da ideia teleológica em que o ser humano usa os recursos da natureza para satisfazer suas necessidades, alterando-a ou transformando-a de acordo com suas necessidades.

No segundo capítulo abordaremos sobre questões de Juventude e Mercado de Trabalho na sua relação com as políticas públicas. Neste tópico mostraremos a importância dessa temática para os jovens que entram nesse mercado desigual e injusto. Para tal, serão utilizados autores clássicos como Philippe Ariès, bem como, análises mais recentes como a de Marcio Pochmann, autores que trazem contribuições importantíssimas quando se trata do tema de jovens em desenvolvimento e sobre o contexto histórico de como foram se formando as organizações de trabalho na fase da revolução industrial.

Desta forma, o objetivo do terceiro e último capítulo deste trabalho é o de trazemos autores que falam sobre isso, dos jovens aprendizes e realizar uma reflexão acerca da sua relação com o mercado de trabalho. Neste capítulo, também buscaremos compreender os “menores aprendizes” a partir de suas dificuldades, motivações e perspectivas, bem como os principais aspectos dos espaços de trabalho que empregam esses jovens no Brasil. Isso é que motiva a intervenção do Serviço Social.

Esse trabalho pretende utilizar-se da pesquisa qualitativa que para Chizzoti (1991), afirma que a pesquisa qualitativa parte de um entendimento que existe uma relação eficaz entre a realidade e o sujeito. Ao considerar a existência de um “vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do indivíduo” (CHIZZOTI, 1991, p. 79).

Minayo (2009) contribui com essa afirmação dizendo que:

Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos

significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilha com seus semelhantes. Desta forma, a diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza e não de escala hierárquica (MINAYO, 2009, p. 21).

Conforme explica a autora ela vem buscar diversos significados, em universo macro, como um todo, envolvendo crenças, dos motivos, das inspirações e das atitudes. A partir disso a levantamento bibliográfico com revisão de literatura possibilita trazer dimensões mais aprofundadas das situações ou realidades expostas. O Estado vem cortando direitos no âmbito da Política Pública na área da educação, assistência social, e entre outros setores. Portanto esse trabalho pretende contribuir com algumas situações relevantes sobre o tema.

## 1 JUVENTUDE E TRABALHO

### 1.1 ANÁLISES ACERCA DA JUVENTUDE

Até o século XVIII, na sociedade medieval, havia uma divisão entre o mundo infantil e o mundo adulto, porém, essa separação se dava sem delimitar especificamente a fase adolescente, ou sem uma preocupação da sociedade com essa transição, que não tinha a demarcação em termos de identidade e características, como temos hoje. Somente a partir desse marco temporal, em meio à expansão da economia mercantil e suas conseqüentes transformações na sociedade, especificamente com a afirmação da classe burguesa e com o surgimento da área educacional, já no início do século XIX, que vai se caracterizar uma distinção específica nesta transição entre a infância e a fase adulta (VARELA; URIA, 1992 *apud* RAITZ; PETTERS, 2008).

É a partir deste momento que a juventude e a adolescência passam a ser percebidas como fases distintas das outras fases de desenvolvimento da vida. Entretanto, para Ariès (1981), é somente no século XX que as instituições escolares, organização militar (Estado) e as instituições confessionais preocupam-se com a identificação social e política da juventude, inserindo-os em espaços organizados, proporcionando a expansão dos jovens em setores sociais diversificados e o surgimento de novos conceitos e significados juvenis (RAITZ; PETTERS, 2008, p. 409).

A juventude, fase caracterizada pela passagem à vida adulta, varia de acordo com o meio onde o jovem está inserido, levando em conta fatores socioeconômicos, culturais, psicológicos, biológicos, passando pela questão étnica, social e de gênero. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, é considerado jovem todo indivíduo com idade entre 15 e 24 anos, levando-se em conta as condições biológicas para procriação. Também nesse sentido, em 1985 a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizou pela primeira vez o ano internacional da juventude. Definiu jovens as pessoas entre 15 e 24 anos, sem prejuízo de outras definições de seus Estados membros, também nos anos 2000 em Assembleia Geral da ONU, se definiu que essa era idade para juventude.

Precisamos saber a diferença entre adolescência e juventude, pois geralmente são confundidas, “a noção de adolescência emerge inteiramente vinculada à lógica

desenvolvimentista<sup>2</sup>, sendo uma etapa do desenvolvimento pela qual todos passariam obrigatória e similarmente” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 04). Na mesma ideia, é uma fase onde vai ser formando sua identidade própria, sua escolha profissional, sua sexualidade conflitos naturais enfrentados pela idade que a representa (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

Segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), a juventude é mais bem entendida como um período de transição da dependência da infância para a independência da idade adulta e consciência de nossa interdependência como membros de uma comunidade. A juventude é uma categoria mais solta do que um grupo etário específico.

No entanto, a idade é a maneira mais fácil de definir esse grupo, particularmente em relação à educação e ao emprego. Portanto, “jovem” é frequentemente indicado como uma pessoa entre a idade em que ele ou ela pode frequentar a escola, e a idade em que ele ou ela encontra seu primeiro emprego. Este último limite de idade tem aumentado, à medida que níveis mais altos de desemprego e o custo de estabelecer um lar independente colocam muitos jovens em um período prolongado de dependência.

Podemos estabelecer o conceito de juventude desta forma:

[...] O conceito de juventude está vinculado também a uma ideia de tempo e de devir, relacionada a uma idade cronológica ou a um momento específico da vida, não rigorosamente mensurado, mas historicamente localizado dentro do ciclo de vida da pessoa, obedecendo a algumas prerrogativas culturais ou, ainda, ao tempo que ainda não existe, o futuro, fruto das possibilidades que se apresentam delineadas ou não nas ações do presente. Nesse escopo, discute-se sobre idade, moratória e o próprio conceito de devir (TRANCOSO; OLIVEIRA, 2016, p. 285).

Baseando-se na idade para determinar quem é ou não é jovem, podemos facilmente delimitar tal fase da vida, porém, analisando apenas a questão social, com ênfase no meio em que este jovem está inserido, há um aumento desta expectativa e um recuo nessa margem, pois nem sempre as questões biológicas acompanham as

---

<sup>2</sup> “Um dos pressupostos que embasa o pensamento desenvolvimentista é a crença na primazia da razão, fortemente enraizada no modo de ser ocidental a partir dos pressupostos cartesianos. De acordo com esse princípio, os sujeitos seriam guiados pela consciência, que teria como função permitir uma apreensão do mundo de forma cada vez mais elaborada. Assim, à medida que se percorrem as diferentes etapas do desenvolvimento, haveria aprimoramentos, em especial o racional, que dariam aos sujeitos mais domínio e conhecimento sobre si e sobre o mundo” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 05). Segundo as próprias autoras, esse princípio é questionado por muitos autores quando compreendem que “não é a consciência que cria ou apreende o mundo, e sim que os objetos e os próprios sujeitos são gerados a todo momento a partir das diversas práticas que os atravessam” (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005, p. 05).

necessidades sociais destes indivíduos; cria-se a partir daí a necessidade de entender e incluir neste contexto a questão da desigualdade que cria eventos adversos para a construção de um adulto justamente pelos obstáculos colocados no processo de desenvolvimento (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

Concordamos com Kerbauy (2005), quando a autora afirma que compreende juventude como “momento de transição de um ciclo de vida [que] está associada ao modo como a sociologia funcionalista a categorizou para fins de análise – como o momento da integração social, quando os jovens se tornam membros da sociedade” (KERBAUY, 2005, p. 295).

No mesmo sentido Abramo (1997) diz que:

[...] a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajustes aos papéis adultos; são as falhas nesse desenvolvimento e os ajustes que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como ‘problema’: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social (ABRAMO, 1997, p. 29).

As diferenças entre os jovens e a origem dessas diferenças nos leva a entender e priorizar a necessidade de entendimento do termo “juventude”. Diferenças, diversidade e desigualdades, quando analisadas e levadas em conta como principais características a serem consideradas valorizam, desenvolvem e enriquecem os debates em torno da juventude.

Então, se buscarmos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criança é todo aquele com menos de 12 anos, enquanto os adolescentes são aqueles entre 12 e 18 anos. Importante salientar que o Estatuto não define uma faixa etária específica referente aos jovens. Essa questão traz uma peculiaridade para o cenário brasileiro em termos de discussão do conceito juventude, conforme explicam Andrade e Silva:

No Brasil, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, resultado de intensa mobilização da sociedade e de movimentos sociais vinculados à questão emblemática de meninos e meninas de rua na década de 1980, foi um marco importante para a questão juvenil, mesmo reconhecendo que seus avanços se aplicaram apenas aos jovens até a faixa etária de 18 anos incompletos. [...] Os jovens maiores de 18 anos ficaram fora do alcance das ações e dos debates sobre direitos e cidadania trazidos pelo ECA (ANDRADE; SILVA, 2009, p. 48).

Para essas autoras esse tema “juventude” se colocou no mundo contemporâneo a partir de duas abordagens:

De um lado, pela via dos “problemas” comumente associados aos jovens – como a delinquência, o comportamento de risco e a drogadição, entre outros –, que demandariam medidas de enfrentamento por parte da sociedade. É sintomático, por exemplo, o fato de que, pari passu à consolidação da afinidade entre a modernização socioeconômica e a configuração da juventude como categoria sociológica específica, firmou-se uma vinculação quase direta entre a temática juvenil e as questões da desordem social, impondo a identificação dos jovens como o grupo prioritário sobre o qual deveriam recair as ações de controle social tutelar e repressivo, promovidas pela sociedade e pelo poder público.

De outro lado, a juventude também foi tradicionalmente tematizada como fase transitória para a vida adulta, o que exigiria esforço coletivo – principalmente da família e da escola – no sentido de “preparar o jovem” para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo. Tendo como referência central o conceito de socialização, esta abordagem sugere que a transição é demarcada por etapas sucessivamente organizadas que garantem a incorporação pelo jovem dos elementos socioculturais que caracterizam os papéis típicos do mundo adulto – trabalhador, chefe de família, pai e mãe, entre outros: à frequência escolar somar-se-ia, em primeiro lugar, a experimentação afetivo-sexual, que seria sucedida progressivamente pela entrada no mercado de trabalho, pela saída da casa dos pais, pela constituição de domicílio próprio, pelo casamento e pela parentalidade. Ao fim deste processo, o jovem-adulto adentraria uma nova fase do ciclo da vida, cuja marca distintiva seria a estabilidade. Sob este enfoque, os “problemas” do comportamento juvenil foram redefinidos, passando a ser compreendidos como desvios ou disfunções do processo de socialização (ANDRADE; SILVA, 2009, p. 25).

Mesmo partindo dessas questões que divergem entre os jovens, é importante ressaltar e analisar o que os torna únicos, próximos e até semelhantes; há gostos, comportamentos e preferências comuns à faixa etária e na geração em que se encontram independentemente da classe social a que pertençam, conforme descrevem Castro e Abramovay (2015).

Cada experiência de ser jovem se realiza em um tempo, com certas possibilidades e limitações. Muitos da geração dos anos 60, que viveu no tempo da ditadura militar, se viram obrigados a lutar para garantir projetos de liberdade para a nação. Hoje as circunstâncias são outras e muitos, que querem um melhor país, lutam também, mas por diferentes e diversas formas, inclusive por políticas públicas, no seu bairro, na sua escola, por direitos de negros, de mulheres, dos grupos LGBT em movimentos ecológicos, entre outros, em partidos políticos e agremiações com fins culturais ou estão em projetos pessoais. Mas os de ontem como os de hoje têm que enfrentar condições sociais, sendo, portanto, relativo ontem como hoje, para a maioria, a autonomia para ser o que se quer (CASTRO, ABRAMOVAY, 2015, p. 9).

No Brasil, nos anos 2000, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Juventude e do Conselho Nacional da Juventude, estabeleceu-se a população jovem é aquela compreendida entre os 15 e os 29 anos. Esse “aumento” no período considerado como “juventude” deve-se a fatores relacionados ao tempo dedicado a formação escolar e profissional, conseqüentemente, a entrada tardia desses

profissionais no mercado de trabalho, um maior período de permanência junto à célula familiar de origem. Também há com isso um entendimento de que nesse período dedicado aos estudos e a formação profissional destes jovens, não haveria uma obrigação com o trabalho remunerado, garantindo com isso mais tempo à formação, que conseqüentemente será de melhor qualidade. Percebem-se características comuns entre esses jovens, e destaca-se neste ponto a existência de diferentes juventude, o que fomenta a característica heterogênea observada entre estes e conseqüentemente amplia o entendimento e a compreensão das transformações vividas por estes “jovens” neste momento de vida.

Novaes (2000, p. 46) nos apresenta um dado relevante ao mostrar que “biologicamente, o jovem é aquele que em tese, está mais longe da morte. Biologicamente mais predisposto à vida, tem gosto pela aventura, tem maior curiosidade pelo novo e, conseqüentemente, propensa ao revolucionário”.

Mas em compensação, segundo dados do mapa da violência de 2016, a principal vítima morta por homicídios são os jovens, a situação é preocupante afirma o documento nacional. De acordo com o levantamento que compilou dados de 2014, foi observado que os jovens de 15 a 29 anos de idade representam aproximadamente 26% da população do país, mas a participação deles no total de homicídios por armas de fogo era desproporcionalmente superior. Os pesos demográficos dos jovens nos casos de mortes com armas correspondem a quase 60% dos crimes. Isso revela os cuidados e preocupações que temos que ter em relação aos jovens no Brasil.

Neste contexto é possível afirmar que se trata de um momento geracional que enfrenta muitas modificações devido à passagem para o mundo adulto. São pessoas em processos de formação que apresentam responsabilidades decorrentes de seu lugar social, isto é, na maioria dos casos são jovens pobres cuja inserção no mercado de trabalho é fator para transformação social desse grupo.

Reis (2006) compreende acerca da juventude, algo a mais que um momento de transição:

Entendo a juventude como fase da vida sem nítidos contornos e tendo presente que, como a própria vida, é um processo, com devires em permanente construção; o que significa que a vida adulta, como fase subsequente, não é um mero resultado do que fora a juventude: ela segue estruturando a vida que continua em curso, se realizando. Enfocar a juventude como fase da vida não significa entendê-la como fase uniforme, mas como período da vida em que múltiplas possibilidades de percurso se apresentam e nela, nesta fase, não se esgotam, proliferando-se pela vida adulta (REIS, 2006, p. 68).

Sendo assim, o conceito de juventude torna-se amplo à medida que analisamos as várias questões que envolvem esses jovens, um leque de possibilidades, salientando que nos importa no presente trabalho e refletir sobre jovens que precisam entrar no mercado de trabalho para ter uma renda, ou para poder se sustentar e até mesmo ajudar seu grupo familiar. E ainda considerando que a atuação com a juventude é umas das intervenções do profissional de Serviço Social. E que torna-se como enfrentamento de todo qualquer tipo de violência sofrido pelos jovens pobres em busca de um primeiro emprego.

## 1.2 A IDEOLOGIA DO TRABALHO

Para compreendermos o papel da ideologia do trabalho na sociedade e, com isso, para a juventude, iniciamos conceituando, de acordo com Chauí (2004) qual é o papel da ideologia na sociedade. Para a autora “o papel principal da ideologia é encobrir e contrafazer as divisões sociais e políticas, dar-lhes a aparência de indivisão e de diferenças naturais entre os seres humanos”. Por sua vez, por indivisão, entende-se que apesar da divisão social das classes, somos levados a crer que somos todos iguais porque participamos da ideia de “humanidade”, ou da ideia de “nação” e “pátria”, ou da ideia de “raça”, etc. Complementarmente, por diferenças naturais entende-se a condição de sermos levados a crer que “as desigualdades sociais, econômicas e políticas não são produzidas pela divisão social de classes, mas por diferenças individuais de talentos e de capacidades, da inteligência, da força de vontade maior ou menor” (CHAUI, 2004).

Portanto, o papel da ideologia é a produção de um consenso de que não há contradições postas pela sociedade de classes, mas sim, de que as diferenças sociais e econômicas são naturais e normais e, ainda, de que essas diferenças não existem no campo político, onde somos todos cidadãos com os mesmos direitos sociais, econômicos e culturais.

Por sua vez, a compreensão sobre o papel do trabalho na sociedade de classes possui uma dimensão ideológica muito forte.

O trabalho é uma categoria ontológica, pois é através dele que os seres humanos se constituem e se reconhecem como seres conscientes. Estabelece uma característica essencial da humanidade, e é por meio do trabalho que o ser humano se supera e se converte em ser social. Necessidade inseparável de efetivação da vida

humana, o trabalho é a forma fundamental e elementar cuja interação dinâmica constitui-se o ser social. O trabalho é uma mediação que define a vida de todos os humanos (MARX 2013).

Importante enaltecer a constatação ontológica de Marx, que o trabalho é resultado

[...] de um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças (MARX, 2002, p. 211).

O trabalho ao ser analisado durante o processo histórico apresenta-se de diferentes formas na qual atende as necessidades de um determinado período. Entretanto, mantém a efetivação de relações sociais, tendo em vista a produção social da humanidade. Segundo Antunes (1999), é por meio do trabalho que o ser social busca a produção e a reprodução da sua vida social, que cria e renova as próprias condições de sua reprodução. Por meio da produção capitalista, muitas mudanças na concepção do trabalho e suas finalidades aconteceram, o usufruto da força do trabalho passou a ser empregado, tendo como resultado a produção de riqueza, posteriormente transformando-se na produção de mercadorias.

Conforme já mencionado anteriormente, o meio essencial do processo de trabalho é a força de trabalho. Ao longo da história, o trabalho restringiu-se apenas a garantir a conservação e a reprodução do homem enquanto espécie. A partir do surgimento de novas ferramentas úteis, em sua maioria de pedra, arco e flecha, foi possível avançar neste campo (MARX, 2013).

Imposição formada ao longo dos anos de um capitalismo onde o trabalho é a ação que o homem imprime à natureza, pensando, planejando, projetando, visando à satisfação das suas necessidades. Essa ação pode ser realizada diretamente com as mãos, com a ajuda de instrumentos, ferramentas e máquinas ou com a colaboração de animais. Ao mesmo tempo em que responde às necessidades e carências do ser social, o trabalho transforma a própria natureza humana (MARX, 2002). Por isso, partindo da mesma premissa do pensamento de Marx, podemos observar que, muitos jovens entram no mercado de trabalho para contribuir financeiramente com as despesas da família, ou seja, para satisfazer necessidades básicas da reprodução social da vida (REIS, 2006). Também podemos salientar que muitos querem trabalhar para seu consumo próprio, viver na moda, com celulares de última geração, bons

tênis, tudo aquilo que o dinheiro pode comprar. Marx procurou compreender seu período a partir do que chama como capitalismo. Para ele o conflito entre os trabalhadores e capitalistas é o tema central das discussões na sociedade modernas, revela a sua natureza essencial, ao mesmo tempo nos deixa antever o desenvolvimento histórico.

O mundo capitalista do século XX passou por muitas modificações decorrentes da crise estrutural do capital que surgiu no final da década de 1970. A crise do capitalismo, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, tem acarretado profundas transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas no interior do mundo do trabalho.

O toyotismo surgiu como solução para a crise do capital ocorrida na década de 1970. Criado na fábrica da Toyota, no Japão, após a Segunda Guerra Mundial, este modelo de organização produtiva, elaborado por Taiichi Ohno e que foi caracterizado como filosofia orgânica da produção industrial (modelo japonês), adquiriu uma projeção global. Para Antunes (2007) o toyotismo é:

Um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo muito ou eliminando tanto o trabalho improdutivo, que não cria valor, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador produtivo (ANTUNES, 2007, p. 53).

Segundo Antunes (2007) esse novo modelo causou um novo impacto na estrutura de como entendemos o trabalho, quebrando paradigmas do Taylorismo e Fordismo<sup>3</sup>. Trazendo a implementação desse novo modelo de acumulação flexível, tem implicação em um enorme impacto sobre as características assumidas pelo mundo do trabalho na contemporaneidade.

O primeiro desses impactos é o desemprego associado a pequenos ganhos em termos salariais e a um retrocesso do poder sindicatário. Ligado a isto, temos presenciado uma reestruturação do mercado de trabalho, com a redução do emprego formal em favor do emprego informal, temporário e da subcontratação.

---

<sup>3</sup> Formas de organização da produção industrial desenvolvidas no século XX e que entraram em crise no final dos anos 1960 foi baseado no modelo de produção e consumo em massa e contava com o investimento do Estado, tanto na produção, quanto na criação e manutenção de um sistema de proteção social vinculado ao trabalho, com cobertura universal.

A entrada em massa dos jovens no mercado de trabalho também tem sido marcada pela intensificação da exploração do trabalho, geralmente de caráter parcial e remunerado de forma inferior ao dos adultos. Essas mudanças, via de regra, também, são acompanhadas pela desregulamentação dos direitos do trabalho tanto nos países de primeiro mundo, quanto aos países subdesenvolvidos como no Brasil.

É nessa contradição fundamental e com essas determinações históricas e estruturais que o jovem se insere no mundo do trabalho, demarcado pela condição social desta sociabilidade capitalista, marcada pela classe e pelo território que ocupa.

Neste sentido Carvalho (2004), observa que:

No contexto brasileiro, a inserção do jovem no mercado de trabalho tem cada vez mais recebido apoio de iniciativas organizadas em forma de programas, de projetos e de políticas públicas específicas, embora ainda não se constituam como um conjunto sinérgico de ação. Essa inserção chega a até ser preconcebida pelo prisma do livre mercado, pelo qual o jovem concorre para assumir um posto de trabalho, mas as próprias condições desfavoráveis da economia e a radical desigualdade social entre os jovens colocam em xeque esse pressuposto liberal, além de revelar a provável responsabilidade desse princípio pela produção das desigualdades. Assim, mais do que justificável, torna-se imprescindível e relevante para a coesão social a criação de mecanismos de ação para se ampliar as oportunidades de trabalho decente para jovens (CARVALHO, 2004, p. 15).

Podemos observar que os jovens de famílias pobres possuem mais dificuldades financeiras, adicionalmente, os negros também são os mais afetados nessa situação, como afirma Carvalho (2004):

Como se pode concluir, ser jovem, pobre, negro, do meio rural ou da periferia de uma grande cidade constitui uma experiência de vida marcada pela múltipla dificuldade para se alcançar um espaço digno no mundo do trabalho. Apesar disso, torna-se necessário lembrar que esses são critérios possíveis para estudar a situação dos jovens, mas não são os únicos (CARVALHO, 2004, p. 12).

Com isso o centro da atenção fica a respeito de identificar as contingências da colocação desses jovens no mercado de trabalho. E conseguir agir mais precisamente sobre suas questões efetivas, e que possa não se reduzir umas às outras. (CARVALHO 2004).

## 2 OS JOVENS E O MERCADO DE TRABALHO

### 2.1 A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Segundo pensamento de Ariès (1981) para podermos analisar a infância historicamente, é preciso entender a juventude a partir da sua construção social, mas, também, é essencial retratar a criação das políticas de trabalho e emprego direcionadas aos jovens no Brasil. Deste modo é necessário reconhecer a importância da vinculação juventude e trabalho buscando a compreensão entre a juventude e as atuais políticas de inserções dos jovens no mercado de trabalho. Neste sentido, afirmam os autores:

A situação dos jovens no país é agravada pela baixa escolaridade média e pela precária qualidade da educação, deficiências que se tornam mais sérias em face das exigências do paradigma produtivo pós-fordista. Outra especificidade brasileira é a idade precoce de entrada dos jovens no mercado de trabalho, estabelecendo um perverso ciclo vicioso. Os jovens, sobretudo de famílias mais pobres, ingressam muito cedo no mercado de trabalho, impulsionados pela necessidade de obter renda e frustrados com a má qualidade da educação oferecida (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013, p. 09).

Os escritos de Pochmann (2000) nos levam a compreensão que os jovens enfrentam dificuldades excessivas para se estabelecer no mercado de trabalho, e nele se manterem, uma vez que além de inexperientes, encontram poucas oportunidades. Isso fica mais grave entre jovens pobres, pois eles são levados à ocupação de um posto de trabalho para obter uma renda com a finalidade de sustentar as despesas familiares ou a própria sobrevivência, o que acaba comprometendo a possibilidade de formação escolar e de maior qualificação profissional, as quais no futuro provavelmente contribuiriam para a sequência de sua carreira de trabalho (CARVALHO, 2004).

O autor ressalta que o primeiro emprego representa uma situação decisiva sobre a trajetória futura do jovem no mercado de trabalho. Quanto mais favoráveis às condições de acesso ao primeiro emprego, mais favorável deve ser a sua evolução profissional.

O início inconstante e antecipado do jovem no mundo laboral pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho profissional (POCHMANN, 2000). O autor descreve juventude como uma circunstância de vida, que é uma relação do período de desenvolvimento de um grupo de pessoas que fazem parte de uma sociedade, ou

ainda, uma forma de vida que continua muito mais tempo que a simples etapa de 15 a 24 anos de idade. Ele afirma que a juventude não pode mais ser apresentada como preparação para o acesso na vida adulta, ou mesmo como intermédio entre a escola e o trabalho. Pochmann (2000) examina a situação da educação no Brasil como fator essencial para superação da utilização em excesso do trabalho dos jovens. O pensamento de Márcio Pochmann nos traz elementos importantes para a compreensão “dos novos desafios da juventude associados à passagem para a sociedade pós-industrial”. Segundo o autor, “a difusão do trabalho de natureza imaterial, com exigências crescentes da economia do conhecimento, fez a educação passar a ter papel ainda mais significativo do que tinha até então” (POCHMANN, 2000 *apud* CARVALHO, 2004, p. 07).

De acordo com Pochmann (2000), a juventude é uma condição de vida. No desenvolvimento de uma sociedade, o jovem já passa a assumir responsabilidades, comprovando que atualmente a juventude é menos uma etapa de preparação para o ingresso na vida adulta e muito mais a personificação de atitudes individuais e sociais que configuram um estilo coletivo de vida e de pensar.

O primeiro emprego representa uma situação decisiva sobre a trajetória futura do jovem no mercado de trabalho. Quanto melhores as condições de acesso ao primeiro emprego, proporcionalmente mais favorável deve ser a sua evolução profissional. O ingresso precário [...] do jovem no mundo do trabalho pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho profissional (POCHMANN, 2000, p. 9).

Para os jovens que vem de família mais pobre o desafio ainda é maior, uma vez que essa parcela da população necessita trabalhar desde cedo. Na esfera do trabalho o desafio acontece quando os jovens saem em busca do primeiro emprego. Retiz (2017) afirma que:

As dificuldades enfrentadas pelos jovens ao buscarem a sua inserção no mercado de trabalho são crescentes e estão relacionadas principalmente a questões socioeconômicas além das incertezas que naturalmente já se fazem presente e cercam essa etapa de vida. Podemos atribuir parte dessas dificuldades e incertezas às mudanças estruturais ocorridas nas últimas décadas no mundo do trabalho, e os jovens, principalmente os que buscam o primeiro emprego, são os mais afetados uma vez que ao estabelecer o primeiro contato com o mercado formal de trabalho se deparam com uma nova realidade, caracterizada pela diminuição do emprego tradicional, mudanças contínuas dos requisitos de qualificação e rápida obsolescência das competências (RETIZ, 2017, p. 10).

Diante de tal contexto de falta de vagas para o início da trajetória profissional, torna-se um desafio olhar para o jovem e encontrar uma solução, talvez investindo

mais em educação, em qualificação profissional e preparar os jovens para o mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Pode-se achar uma solução, como Retiz (2017) diz:

É a partir dessa tríade envolvendo Estado, sociedade e família que faremos algumas reflexões em torno do papel que cada um desses elementos vem desempenhando na construção e efetivação de políticas públicas para a juventude. Sabemos que o Estado, revestido do papel de entidade representativa do interesse coletivo, é responsável pela formulação e implementação de políticas e programas sociais que visam o atendimento das necessidades sociais da população. No entanto, o que se tem acompanhado é que essas políticas sociais são implementadas em ações pontuais, de caráter compensatório e seletivo, não promovendo a equidade social e econômica (RETIZ, 2017, p. 06).

Essa realidade leva os jovens prematuramente ao mercado de trabalho e que tal condição é parte da lógica da acumulação flexível e da ideologia neoliberal que considera adequado e promove um sistema educacional voltado para preparação para o mercado de trabalho, inserindo os jovens de forma precária cada vez mais cedo no trabalho.

[...] o sistema educacional que deveria ser um mecanismo de promoção e transformação social tenta camuflar as contradições existentes atendendo parcialmente e precariamente as demandas por educação e trabalho através de um discurso firmado na inclusão social, porém uma inclusão que acontece dentro dos limites do sistema e para atender aos objetivos do capital (RETIZ, 2017, p. 10).

Com isso, observamos que é dever do Estado oferecer alternativas para a formulação de políticas públicas voltada para essa área, para que assim o Estado consiga amenizar as diferenças sociais existente nesse âmbito. Necessidades de mais políticas públicas, observar e cumprir as que já existem com a lei de aprendizagem.

Conforme explica Pereira (2010)

O Estado tem que se tornar partícipe, notadamente naquilo que só ele tem como prerrogativa, ou monopólio – a garantia de direitos. Isso não significa desconsideração da chamada solidariedade informal e do apoio primário, próprios da família, mas, sim, a consideração de que essas formas de proteção não devem ser irrealis a ponto de lhes serem exigidas participações descabidas e impraticáveis. Para além do voluntarismo e da subsidiariedade típica dos arranjos informais de provisão social, há que se resgatar a política e, com ela, as condições para a sua confiabilidade e coerência, as quais assentam no conhecimento mais criterioso possível da realidade e no comprometimento público com as legítimas demandas e necessidades sociais relevadas por esse conhecimento (PEREIRA, 2010, p. 40).

Dessa forma a inserção do jovem no mercado de trabalho torna-se um desafio para as políticas públicas, precisando que o Estado possa assumir seu papel, conforme Retiz (2017) afirma:

O Estado por sua vez precisa assumir o seu papel, cumprindo suas obrigações legais, formulando e implementando políticas públicas que deem igualdade de oportunidades àqueles que realmente delas necessitam, diminuindo as fronteiras da desigualdade social e econômica da população, garantindo a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio de um emprego que os dignifique como ser humano, efetivando os direitos e a identidade de jovens cidadãos brasileiros para que essa juventude de hoje possa ser a protagonista de grandes mudanças e transformações do amanhã (RETIZ, 2017, p. 12).

As dificuldades enfrentadas pelos jovens têm a tendência de ser crescente, e observamos que estão relacionadas a questões socioeconômicas, além da imaturidade do jovem nessa fase da vida.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

No Brasil nas décadas de 1960 e 1970, período do governo militar, o jovem não estava firmado como grupo de ação social, mas era visto, pelo governo, misturado aos estudantes do ensino médio e universitário, que em sua maioria pertenciam à classe média. “Por isso, não é de se estranhar a ausência de Políticas Públicas voltadas à juventude”, já que o dito jovem, estudante, possuía acesso aos meios. Este jovem ganha espaço e voz na cena política quando se engaja aos movimentos estudantis para apoiar ou questionar o governo vigente. “Entendendo esta juventude como potencialmente perigosa, o Estado se manifesta como agente repressor” (RIZZINI, 1997, p. 65).

Portanto, na sociedade brasileira, até os anos de 1960, a visibilidade juvenil era limitada às classes médias, aos jovens escolarizados participantes dos movimentos estudantis. Sequencialmente, até o final do século o foco da atenção foi centralizado nas crianças e adolescentes em situação de risco (RIZZINI, 1997).

Nos anos 1980 e 1990 procurou-se fazer um estudo mais aprofundado, sobre os jovens da época. Foram anos de grande mudança no mercado de trabalho, com ajustes nas relações de trabalho, ampliando o assalariamento sem carteira e as atividades de conta-própria, com a crescente participação dos jovens na população economicamente ativa e com aumento das taxas de desemprego, principalmente na

segunda metade dos anos 90. Após da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a legislação brasileira teve grande avanço na direção da extinção do trabalho infantil (MÁXIMO, 2012).

A Constituição Federal está sobre todas as leis brasileiras, sendo inquestionável qualquer regulamentação. Assim, a lei trabalhista, no que se refere ao adolescente, foi alterada em alguns aspectos e entrou em vigor na C.F. de 1988 o artigo 227, que define como deveres da família, da sociedade e do Estado, “assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, a saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito” (BRASIL, 1988).

No parágrafo terceiro deste mesmo artigo, contempla que o direito de proteção especial abrange os seguintes aspectos:

- Idade mínima de 14 anos para admissão ao trabalho;
- Garantias de direitos previdenciários e trabalhista;
- Garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola.

Com a criação do Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/90), o capítulo 5 da mencionada lei dedica-se ao direito da profissionalização e proteção ao trabalho, definindo a aprendizagem em seu artigo 62, como “a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor” (MÁXIMO, 2012, p. 38).

A partir desse momento, conforme observamos acima, essas questões relacionadas à juventude vêm adquirindo um novo patamar de regularização do trabalho dos jovens, principalmente daqueles que se encontravam de forma irregular. “Há um grande avanço aos direitos do jovem trabalhador que poderia ter registro em carteira a partir dos 16 (dezesesseis) anos, e se “menor aprendiz” aos 14 (quatorze) anos” (MÁXIMO, 2012, p. 39).

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, veio demarcar a formatação de políticas públicas no que diz respeito ao atendimento à criança e ao adolescente. Pois, diante da situação desumana vivida por crianças e adolescentes pobres em vários pontos do país provocou a reação dos grupos religiosos e movimentos sociais populares. A “questão do menor” não encontrava solução nas políticas sociais e leis existentes.

Considerando as mudanças promovidas pelo o Estatuto da Criança e do Adolescente, baseando-se na segunda orientação regulada pelo Art. 4º do Estatuto que está disposto da seguinte maneira:

Art. 4º - é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a **efetivação dos direitos** referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à **profissionalização**, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (**em negrito, grifo nosso**) (BRASIL, 1990).

Os jovens começaram a ser enxergados de outra maneira na reestruturação econômica da década de 1990, que restringiu vagas de trabalho para pessoas com menor idade e escolaridade. Importante ressaltar nessa época que:

A década de 90, como destacado, foi marcada por mudanças no mercado de trabalho e por maiores dificuldades para os trabalhadores com menor escolaridade e qualificação. Em resposta, o governo brasileiro passou a privilegiar duas linhas de ação: o estímulo ao empreendedorismo, estimulando oportunidades de emprego e renda fora do setor formal, e programas de capacitação, voltados a fortalecer a empregabilidade do trabalhador (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013, p. 11).

Já no ano 2000 surge a regulamentação do jovem aprendiz com a lei de aprendizagem (Lei nº 10.097/00) que é reconhecida como a lei do “menor aprendiz”. Que está assim exposto:

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por tempo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro anos), inscrito em programa de aprendizagem, formação técnica-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias para essa formação (BRASIL, 2000).

Então a partir da década de 2000, com a criação da Secretaria da Juventude, passaram a ser alvo de políticas específicas voltadas com objetivos de fortalecer chances a interseção profissional para jovens em busca do seu primeiro emprego (OIT, 2009). Segundo trabalho realizado pela a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o período entre 1993 e 2006 foi marcado pelo aumento da taxa de desocupação entre jovens e adultos. Apesar disso a OIT (2013), registrou que no Brasil se conseguiu diminuir a taxa de desemprego entre os jovens. Dessa forma a temática juventude começa a ganhar importância na agenda pública, no âmbito da política pública de trabalho, a partir disso é que o jovem começa a ganhar relevância nas estatísticas de emprego e desemprego no país (NUNES; FERNANDES, 2016).

Somente em 2002 foi criada Política Nacional da Juventude (PNJ) e nos anos seguintes a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e também com a criação do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). Neste sentido:

A juventude constitui uma complexidade de situações que se expressam de diferentes formas na vida de cada jovem. Por isso, não é recomendável pensar em uma trajetória linear quando o assunto é educação e trabalho, cada jovem seguirá seu percurso conforme os determinantes sociais e culturais que está inserido. Portanto, é preciso que as políticas para a juventude sejam pensadas nesse sentido, respeitando as especificidades desse segmento, aliando suas necessidades a seus direitos (NUNES; FERNANDES, 2016, p. 67).

O Programa Nacional de Primeiro Emprego, criado em 2003, foi um marco que priorizou, inicialmente, a subvenção à contratação. Resultados tímidos, influenciados por limites na concepção do programa, levaram à mudança de ênfase em direção à capacitação. Desde então, sucederam-se programas que procuraram ampliar a carga horária e fortalecer os cursos.

Estudo realizado por Sander e Roseler (2014), nos traz que:

No ano de 2005 foi lançada a proposta da Política Nacional de Juventude, elaborada pelo Grupo Interministerial (formado por representantes de 19 ministérios e da Secretaria Geral da Presidência da República), através da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude, que tem por objetivo gerir e articular as políticas direcionadas aos jovens dentro do governo e junto à sociedade; o Conselho Nacional de Juventude, enquanto espaço privilegiado para a interlocução e cooperação entre diversos atores, o Conselho reúne 60 membros, sendo 20 do poder público e 40 da sociedade civil. O Conselho tem por objetivo formular e propor diretrizes para a ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais (BRASIL, 2005); e o ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), o mesmo compõe a Política Nacional e tem como objetivo proporcionar a formação integral aos jovens, por meio da associação entre formação básica, qualificação profissional e participação cidadã (SANDER; ROSELER, 2014, p. 06).

A PNJ é norteada por nove desafios, que são: ampliação do acesso e permanência em escolas públicas de qualidade; erradicação do analfabetismo entre os jovens; preparação para o mundo do trabalho; geração de trabalho e renda; promoção de vida saudável; democratização do acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia de informação; promoção dos direitos humanos e das políticas afirmativas; estímulo à cidadania e à participação social; e melhoria da qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 51).

Porém, em 2005 houve dificuldades a ser enfrentada ganhando um aliado que foram os Consórcios Sociais da Juventude (CSJs), como explica Guimarães; Almeida (2013):

As dificuldades enfrentadas levaram em 2005 a uma mudança de foco. A ênfase em estimular a demanda por trabalhadores jovens foi substituída pela preocupação com a capacitação e a empregabilidade, ganhando importância programas como os Consórcios Sociais da Juventude (CSJs), que reuniam ações voltadas a fortalecer a qualificação, a autoestima e a sociabilidade. O público continuava a ser jovens de famílias pobres que frequentavam instituições de ensino, havendo o objetivo de priorizar jovens quilombolas, afrodescendentes, indígenas e em conflito com a lei. As ações eram concentradas nas regiões metropolitanas e suas inovações incluíam a participação da sociedade civil e a combinação de atividades voltadas à qualificação social e profissional com iniciativas de trabalho comunitário e ações voltadas a inserir o jovem no mercado de trabalho (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013, p. 13).

Importante ressaltar que nessa época, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD), havia no Brasil, em 2006, incluindo o Norte rural, cerca de 34,7 milhões de jovens de 15 a 24 anos, o que correspondia a 18,5% da população total. Porém, quando se amplia essa faixa para o intervalo de 15 a 29 anos, conforme a definição da nova política nacional para a juventude, este contingente sobe para 50,5 milhões. Isso em uma população total da época que girava em torno de 188 milhões de pessoas.

Conforme sinalizam as autoras aos poucos as políticas para a juventude passam por um conjunto de mudanças que foram motivados por apreciações e conclusões pequenas que culminaram em várias reformulações.

Com os passar dos anos novos requisitos foram surgindo como o Decreto de Lei Nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, que aborda do seu Artigo Nº 45:

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação (BRASIL, 2018).

Com isso houve um grande avanço com o ensino e aprendizagem no Brasil, criou-se nesse período a Secretaria da Juventude, que passou a ser alvo políticas específicas. Dentro das políticas priorizadas, a área de trabalho e emprego tem recebido grande atenção, reunindo ações voltadas a fortalecer as chances de inserção profissional e ascensão social (MÁXIMO, 2012, p.40).

Importante ressaltar também que:

Por outro lado, o tema 'Trabalho e Juventude' desponta por ser a juventude momento crucial de construção da identidade profissional, a parcela da população que mais sofre as consequências da precarização do trabalho e na qual a taxa de desemprego chega a superar em três vezes a da população adulta. Sendo está uma realidade brasileira e também mundial (BELLIZIA, 2011, p. 92).

A inserção dos jovens no mercado de trabalho é um dos grandes desafios da política de emprego nos dias atuais. Trata-se de um público mais desfavorável, que enfrenta maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho e tende a encontrar ocupações mais precárias, situação agravada, no Brasil, pela baixa escolaridade e pela fragilidade da formação educacional de grande parte da população.

Quando começamos a tratar desse assunto, percebemos logo de início dois lados a serem estudados. O primeiro é sobre o contexto que o jovem se encontra, sendo ele de classe baixa ou alta, casado ou solteiro, com ou sem filhos.

A outra parte é o que o mercado de trabalho está precisando, qual o nível de escolaridade, especialização, experiência, entre outros requisitos que acabam afastando os jovens. A estrutura familiar e o contexto que o jovem está inserido vão decidir muito em como vai começar a inserção do mesmo, no mercado de trabalho. O leque de possibilidades que vai levá-lo a buscar mais cedo ou mais tarde é grande.

### 3 OS JOVENS INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO: CONTROVÉRSIAS ENTRE TRABALHO, ESCOLARIDADE E FUTURO

#### 3.1 A RELAÇÃO EMPREGO / ESCOLARIDADE

Nos últimos anos a taxa de desemprego no Brasil tem aumentado e com isso, o trabalho precário ficou mais evidente. Em geral oferecer vagas de trabalho, em especial vagas de trabalho descentes foram insuficientes para fazer frente ao crescimento da população economicamente ativa. Assim os jovens que ainda são novos no mercado de trabalho sofrem por diversos motivos, como explica Almeida e Guimarães (2013):

Com a inserção precoce no mercado, os jovens obtêm, então, um posto de trabalho precário e com reduzidas chances de ascensão profissional, consolidando uma forma de inserção que tende a se perpetuar. Muitos indivíduos percebem essas dificuldades e procuram oportunidades de qualificação e reciclagem, mas estão em geral presos em longas jornadas de trabalho, tornando difícil o engajamento necessário (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013, p.10).

Assim, a busca por qualificação acaba sendo um fator de extrema importância para ser sucesso na busca de se inserir no mercado de trabalho, ainda mais, se considerarmos o aumento na taxa de desemprego para os jovens.

A variação na taxa geral de desemprego provocou rebatimentos importantes na taxa de desemprego juvenil. A taxa de desemprego geral subiu de 6,1% em 1995 para 9,3% em 2001. Nesse período, entre os jovens com idade entre 16 e 24 anos, essa taxa passou de 11,3% para 17,8%. Se considerada a faixa mais jovem, de 16-19 anos, a taxa de desocupação sobe a 22%. O contingente de jovens desocupados, em 2001, totaliza 3,4 milhões de pessoas, representando 44% da PEA desocupada nacional (TODESCHINI, 2010, p. 21).

Além do desemprego, há outro fato que incide diretamente na inserção dos jovens no mercado de trabalho: muitos jovens estão trabalhando de forma irregular e em trabalho precário, como baixíssimos salários e, frequentemente, no trabalho informal.

Esse tipo de trabalho e bem explicado por Sales (2006):

No Brasil conveniu-se chamar “informal” o que não era formalizado por se tratar de conceito mais fácil de ser explicado. Reduzia-se, dessa forma, o setor informal um de seus aspectos. Passou a considerar informais todos os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, ou seja, aqueles trabalhadores sem vínculo empregatício pela CLT e sem acesso a proteção social (férias, décimo-terceiro, FGTS, seguro desemprego, aposentadoria),

independentemente da ocupação exercida ou das relações de trabalho envolvidas (SALES, 2006, p. 46).

Daí a importância dos estudos sobre o setor informal para aprimoramento das políticas públicas do trabalho, e ainda à necessidades de mais políticas públicas.

Pochmann (2004) constata que no Brasil, os jovens pertencentes a famílias em situação de pobreza, [...] encontram-se praticamente condenados ao trabalho como uma das poucas condições de mobilidade social. Porém, ao ingressar muito cedo no mercado de trabalho, o fazem com baixa escolaridade, ocupando as vagas de menor remuneração disponíveis, quase sempre conjugadas com posições de subordinação no interior da hierarquia no trabalho (POCHMANN, 2004, p. 231).

Os adolescentes que entram precocemente no mercado de trabalho pertencem, em sua grande maioria, à classe de filhos de trabalhadores assalariados, e que apresentam características socioculturais e étnicas. Geralmente a inserção no mundo do trabalho para esse grupo não é uma escolha e sim uma imposição social constituída ao longo dos anos no Brasil (FRIGOTTO, 2004).

Todos esses grupos de jovens têm suas especificidades, mas, do ponto de vista psicossocial e cultural, tendem a sofrer um processo de adulteração precoce. A inserção no mercado formal ou "informal" de trabalho é precária em termos de condições e níveis de remuneração. Uma situação, portanto, muito diversa da dos jovens de "classe média" ou filhos dos donos do meio de produção, que estendem a infância e juventude. Nesses casos, a grande maioria inicia sua inserção no mundo do trabalho após os 25 anos e em postos de trabalhos ou atividades de melhor remuneração (FRIGOTTO, 2004, p.181-182).

A inserção no mundo do emprego ou subemprego não é uma escolha, mas uma imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se construiu no Brasil. Tradicionalmente, a parcela mais numerosa da infância e da juventude vem tendo seus direitos mais elementares mutilados (FRIGOTTO, 2004).

No Brasil o Estado acaba fortalecendo os mais ricos e tende a sacrificar os mais pobres, que em questão são a classe trabalhadora. Neste contexto o trabalho precário, situações de marginalidade de crianças e jovens que vivem com famílias desestruturadas pelo desemprego e instabilidade social. É nesse meio em que os jovens são levados ao trabalho, seja ele qual for, empresas ou qualquer lugar onde trabalho informal impera. "A máxima do Estado mínimo expressa-se no caso brasileiro através da restrição de fundos para o financiamento de políticas públicas" (SALES, 2008, p. 76).

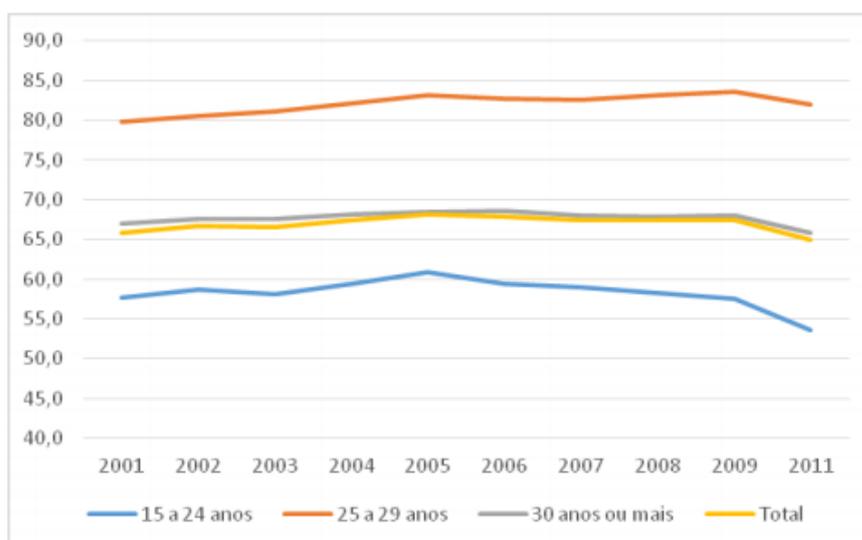
### 3.2 A RELAÇÃO COM O FUTURO É MARCADO PELO TRABALHO

A população brasileira chegou a 204.081.432 habitantes, em 2014, segundo a apuração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014). Conforme já indicamos ao longo do trabalho, desse total, 51,3 milhões pessoas estavam na faixa etária entre 15 e 29 anos. Muitos desses jovens ainda não tiveram a oportunidade de um primeiro emprego.

O último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, apresenta que os jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos representam cerca de 20% da população brasileira e começam desde cedo a enfrentar desafios, tanto no âmbito educacional quanto profissional.

Os jovens também enfrentam desafios no que se refere à inserção no mercado de trabalho. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), a quantidade de jovens com idades entre 15 até 24 anos economicamente ativos diminuiu 57,7% em 2001 para 53,6% em 2011, conforme indica o Gráfico 01.

**Gráfico 1:** Taxa de atividade, por grupos de idade, no Brasil – 2001-2011.



**Fonte:** IBGE (2011).

Elaboração: GUIMARÃES; ALMEIDA (2013).

Conforme indicam Guimarães e Almeida (2013), observando que a taxa de atividade da população total ficou relativamente estável durante este período, a redução na taxa de atividade dos jovens pode ser reflexo de duas questões, por um

lado pode ser devido a maiores dificuldades de inserção no mercado, e por outro, sinal do aumento dos anos dedicados a escola antes da inserção no mercado de trabalho.

Os jovens, sobretudo, de famílias mais pobres, ingressam muito cedo no mercado de trabalho, impulsionados pela necessidade de obter renda e frustrados com a má qualidade da educação oferecida (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013).

Os jovens na maioria das vezes entram antes do tempo no mercado trabalho devido a diversas dificuldades enfrentadas no seio familiar. Muitas vezes procurando um posto de trabalho precário, que não dão possibilidade para o mesmo ter um crescimento profissional. “Muitos percebem essas dificuldades e procuram oportunidades de qualificação e reciclagem, mas estão em geral presos em longas jornadas de trabalho, tornando difícil o engajamento necessário” (GUIMARÃES: ALMEIDA, 2013, p. 08).

Os jovens constituem um grupo com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o que justifica serem alvos de políticas específicas. A juventude de hoje enfrentam dificuldades adicionais, resultado da baixa qualidade da formação educacional e da inserção muito precoce no mercado de trabalho. Apesar de avanços verificados nos últimos anos, houve um avanço nos estudos e no tempo de frequência à escola, a entrada no mercado de trabalho, principalmente das classes mais pobres, continua a se dar muito cedo. Assim, confirma-se a relevância de programas voltados a permitir a maior dedicação do jovem à formação escolar e a capacitação profissional, e a adiar a entrada no mercado de trabalho. Na mesma linha, destacam-se os programas voltados a fortalecer a qualidade do ensino básico e dos cursos de qualificação, assim como aqueles voltados à reciclagem educacional e profissional. As políticas de emprego para os jovens avançaram significativamente nos últimos anos (GUIMARÃES: ALMEIDA, 2013).

Segundo dados levantados por Garanhani (2014), sobre a Pesquisa de Emprego e Desemprego (2013), mostram que:

[...] em dados do mês de Julho/2013, a estimativa nas sete regiões onde a pesquisa é realizada manteve-se em 2.424 mil pessoas, a taxa de desemprego total permaneceu estável em 10,9%. Segundo seus componentes, a taxa de desemprego aberto passou de 8,6% e a de desemprego oculto manteve-se em 2,3%. A criação de 107 mil postos de trabalho, em número semelhante ao de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho (107 mil), resultou na estabilidade do contingente de desempregados. O total de desocupados, nas sete regiões investigadas, foi estimado em 19.826 mil pessoas e a População Economicamente Ativa - PEA em 22.250 mil (GARANHANI, 2014, p. 08).

Dados levantados pela OIT (2013) estima-se que cerca de 73 milhões de jovens estejam desempregados, equivale à taxa de desemprego de 12,6% atingido mais intensamente pela crise entre 2008 e 2009, até 2018, a taxa de desemprego entre jovens está projetada para alcançar 12,8%, com crescentes disparidades regionais, em decorrência da dinâmica no mercado de trabalho em países em desenvolvimento. Em 2012, o Brasil registrou o índice de 13,7% de desemprego entre pessoas de 15 a 24 anos (OIT 2013).

Com o objetivo de compreender percepção dos jovens e adolescentes sobre sua inserção no mercado de trabalho e seu crescimento profissional nesse processo, vamos analisar alguns trabalhos nessa temática.

Partindo do trabalho elaborado por Silva e Neto (2009), enfatizamos o seguinte aspecto:

Entendemos que o trabalho com adolescentes se pauta na construção de vínculo que viabiliza a percepção das contradições pessoais e grupais objetivando novos caminhos. E tempos atuais, no momento em que a sociedade exhibe um cenário de crises de valores e ao mesmo tempo de transformações tecnológicas e sociais que repercutem na forma e na diversidade de modos do adolescente participar socialmente e buscar uma inserção no mundo do trabalho se faz necessário refletirmos também que jovem e que sociedade queremos formar. A contribuição da família e do processo de escolarização como influência no desenvolvimento do adolescente, fortalecendo sua autoestima propiciando-lhe suporte para o seu crescimento pessoal e social poderá ser um dos caminhos para a cidadania propiciando uma relação mais humanitária entre o homem e o trabalho. Entendemos que influência familiar é decisiva no tocante à formação de valores primordiais à vida do adolescente, mas quem cuida das famílias destes adolescentes? (SILVA; NETO, 2009, p. 15).

Outra perspectiva que os adolescentes trazem sobre o mundo trabalho é aquela que Campos (2009) nos apresenta com jovens entre 14 a 16 anos de idade. Segundo a autora o trabalho é um elemento que dispõe de uma centralidade na vida dos homens. E ao longo do tempo notamos que ocorreram significativas mudanças em relação à definição de trabalho e sua finalidade:

Para os adolescentes entrevistados nessa pesquisa, o trabalho é concebido através de diversas definições:

“Trabalho é um ato de adquirir realização profissional” (Felipe).

“Eu defino trabalho como algo que nos dá dignidade, algo que também todos dizem que é pra ganhar dinheiro, mas é algo que nos dá mais dignidade hoje em dia e oportunidade também” (Ana).

“Eu defino o trabalho como se fosse onde eu vou trilhar o meu desenvolvimento no trabalho, com responsabilidade e com os meus objetivos. E também é onde eu vou começar uma aprendizagem” (Dayane).

“Trabalho pra mim é qualquer forma de atividade realizada a partir do momento que você recebe alguma coisa em troca” (João) (CAMPOS, 2009, p. 44).

Nas frases dos jovens trazidas pela autora é possível verificar a ideologia que o trabalho possui na vida desses jovens, conforme aspectos que apresentamos no capítulo dois deste trabalho. O trabalho adquire uma dimensão central, fruto de nossa própria condição de seres humanos, mas, sobretudo, da sociedade que vivemos.

Nessa perspectiva, é possível vislumbrar que, somente com boas políticas públicas na área da educação e profissionalização, inclusive, que auxiliem esses jovens a compreender a ideologia do trabalho é possível transcendermos a mera reprodução do trabalho enquanto idealizador e realizador desses jovens.

É claro que, dada as condições da nossa sociedade de classes a inserção é necessária, assim como, para que as famílias possam dar o suporte necessário para esses jovens terem uma boa escolarização, influenciando-os a buscarem sua identidade profissional e conseguirem ter um futuro melhor. Temos que nos questionar como vai ser o processo de intervenção nessa situação com os pais, sociedade, escola. Sobre esse assunto, concordamos com Correia e Souza (2015):

Diante deste contexto cabe-nos questionar se nós, professores, juntamente com a escola, somos parceiros e construtores de espaços que levem o adolescente a falar sobre si e seus projetos para a vida futuras não está na hora de usar as forças da juventude rompendo desta forma o “rótulo de adolescência”? Como os adolescentes estão pensando e refletindo sobre o futuro? Quais seus medos e preocupações? Como têm se defrontado com o momento de escolha profissional? Como estão vivendo as transições em suas vidas? (CORREIA; SOUZA, 2015, p. 09).

Segundos dados da OIT, a população jovem representa mais de 35% de desempregados em todo mundo. Esse desafio de emprego não é, portanto, apenas sobre a criação de mais emprego, mas sim da qualidade desses postos de trabalho e empregos descentes para juventudes. Nesse sentido, a pesquisa elaborada por Correa e Souza (2015) nos mostra a realidade enfrentada pelos jovens nesse processo:

Além das exigências absurdas por flexibilidade e as baixas remunerações, os jovens depoentes queixaram-se da insegurança do vínculo com a empresa. Embora trabalhe numa empresa que considera sólida e com um bom plano de carreira, Pedro, 25 anos, acredita que não há estabilidade no ambiente de trabalho. Ele argumenta que “sua estabilidade hoje está ligada a você matar um leão por dia, sua estabilidade de fato não é estabilidade, é uma ascensão, enquanto você estiver subindo, seu emprego tá seguro”. Às incertezas quanto ao futuro e às tensões e dúvidas que marcam o momento da inserção profissional somam-se um contexto socioeconômico que agrava os desconfortos e um sentimento generalizado de descrença na política e nas instituições (CORREIA; SOUZA, 2015, p. 07).

Isso nos mostra quanto a incertezas, dúvidas e tensões sobre o futuro do jovem trabalhador e seus direitos garantidos por lei. “Podemos afirmar que a relação dos jovens com o trabalho e a escola pode ser concebida como uma construção social” (CORROCHANO, 2013, p. 26). Nessa perspectiva, “a vivência da experiência juvenil passa adquirir sentido em si, e não mais somente como preparação para a vida adulta” (ABRAMO, 2005, p.43).

No entanto, em alguma medida, o modelo aristocrata e burguês de viver e representar a juventude resiste e ainda parece persistir com força, funcionando como padrão ideal de vivência da condição juvenil (ABRAMO, 2005), “mesmo em países como o Brasil, onde o próprio trabalho contribui para constituir uma ideia de juventude” (CORROCHANO, 2013, p. 26).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos apresentar ao longo desse trabalho reflexões que problematizam a delicada e controversa relação dos jovens com mercado de trabalho, marcada, sobretudo, por inserção precária, majoritariamente por jovens pertencentes da classe trabalhadora, definidos por baixa escolaridade e pela ausência de cobertura das escassas políticas públicas para juventude voltadas a uma inserção digna no mercado de trabalho.

No Brasil, há um modelo de desenvolvimento capitalista e periférico, em que a elevada taxa de participação dos jovens e sua precária inserção no desorganizado mercado de trabalho nacional é uma expressão do modelo que a exclui da organização do país. O empenho voltado para a industrialização, sobretudo entre 1930 e 1980, que produziu uma sociedade urbana industrial e a oitava economia do mundo, foi incapaz de alterar estruturalmente esse quadro.

A elaboração deste trabalho possibilitou a ampliação do conhecimento acerca do que é previsto em lei. Que possamos olhar para o passado para entender o presente e batalhar por um futuro melhor, e com menos desigualdade, da qual tem sido a dinâmica das instituições ao desenvolver a formação teórica destinada aos jovens aprendizes, buscando sua inserção no mercado de trabalho formal.

Nas últimas décadas as ações governamentais tem ampliado o foco principalmente no que diz respeito à profissionalização e qualificação da juventude. Importante ressaltar que a questão do desemprego tem sido um problema constante para todos os níveis de trabalhadores, seja eles jovens ou não. Neste atual cenário de crescimento de terceirização, da informalidade, da precarização dos postos de trabalho, entre outros, os adolescentes acabam tendo que assumir as piores condições de trabalho, principalmente aqueles cuja renda e escolaridade são baixas. Conseguimos averiguar que a percepção dos adolescentes em relação a sua entrada no mundo do trabalho que abrange mudanças vividas a partir do momento que ele iniciou no trabalho.

Diante disso, os jovens enfrentam ainda mais dificuldades, agravados pelo “resultado da baixa qualidade da formação educacional e da inserção muito precoce no mercado de trabalho”, conforme apontam Guimarães e Almeida (2013). A relação entre educação e trabalho é um binômio central que as políticas para jovens precisam abordar de forma central e contundente, ultrapassando a dimensão da educação

somente como mediação para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, como é o máximo que conseguimos nas proposições oficiais atualmente.

Conforme enfatizam as autoras

Apesar de avanços verificados nos anos médios de estudo e no tempo de frequência à escola, a entrada no mercado de trabalho, principalmente das classes mais pobres, continua a se dar muito cedo. Assim, confirma-se a relevância de programas voltados a permitir a maior dedicação do jovem à formação/capacitação e a adiar a entrada no mercado de trabalho (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013, p. 22).

Assim, para evitar a precoce inserção no mercado de trabalho que tem definido o futuro do lugar da inserção profissional na escala de salários, é necessário fortalecer os programas que se voltam para a qualidade do ensino básico e dos cursos de qualificação, buscando aprimorar os mecanismos e as formas de inserção desses jovens, quando não é possível tardar.

Desta forma, apesar de não destacarmos o trabalho do Serviço Social neste trabalho, é de extrema importância que o profissional assistente social possa atuar desenvolvendo ações que venham garantir aos adolescentes, inseridos nos Programas de inserção ao mercado de trabalho, o acesso às informações a respeito da Lei da Aprendizagem, a garantia dos seus direitos como trabalhador, e que o jovem venha a ser respeitado como um profissional em desenvolvimento, bem como respeitando nas questões referentes ao exercício de sua cidadania. Cabe ressaltar que, de acordo com o Código de Ética do Assistente Social, um dos princípios fundamentais da profissão é a ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras. Adicionalmente, a atuação do serviço social também deve se dar no trabalho social com as famílias, de forma a não sobrecarregá-los incorrer em uma responsabilização desses jovens pela condição social ou socioeconômica.

Por meio deste trabalho, foi contextualizado o estágio no CCEA, uma instituição sem fins lucrativos de caráter não governamental que tem a sua atuação voltada ao atendimento nas áreas de assistência social, garantia de direitos, cultural e esportivo no âmbito do Estado de Santa Catarina. Os objetivos do Serviço Social estão concentrados na permanência dos jovens nos programas garantindo os direitos de cada um, na universalidade dos acessos aos bens de serviços referentes aos programas e políticas sociais que perpassam a instituição. Apresentando um atendimento qualificado para garantir uma boa formação dos adolescentes no seu

desenvolvimento dentro dos programas oferecidos. O quanto gratificante foi ver os jovens buscando sua identidade social através do trabalho conquistando sua independência financeira, não que isso seja mais correto, ou que seja uma regra a ser seguido. Porém devido à falta de oportunidades para esses jovens, o quanto satisfatório é ver esses jovens vencendo esses desafios, com a necessidade de contribuir com a renda familiar e assim adquirindo mais responsabilidade e maturidade. Portanto todos os programas executados pelo CCEA, e visto de uma forma importante e essencial na vida de todos os usuários, pois melhorando a sociabilidade de todos jovens.

Por fim, os bloqueios, a desigualdade de classe desses jovens, especialmente no que se relaciona a preparação para o mercado de trabalho e a educação, reiteram a necessidade de um aprofundamento do olhar para as novas gerações que ampliam sua presença nesse processo de preparação para o futuro. E preciso entender a origem, as experiências, os projetos e os sonhos desses jovens trabalhadores estudantes, para construir um futuro que amplie as perspectivas pessoais e profissionais de um amplo contingente da população jovem no Brasil, persistindo na trajetória política de sua efetiva democratização, são, portanto, desafios contemporâneos dos estudos sobre juventude, trabalho e educação.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.5-6, p.25-36, 1997.

ABRAMO, H. W.; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira.** Cadernos Adenauer XVI, Rio de Janeiro, n. 1, p. 13-25, 2015. Disponível em:< <https://www.seer.ufrgs.br/saberesplurais/article/view/91923/53657>>. Acesso em: 11 de nov. 2019.

ANDRADE, C. C.; SILVA, E. R. A. da. **A política nacional de juventude: avanços e dificuldades.** In: ANDRADE, C. C. de; AQUINO, L. M. C. de; CASTRO, J. A. de (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: IPEA, 2009. Disponível em:< [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro\\_juventudepolitica.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_juventudepolitica.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **O mundo precarizado do trabalho e seus significados.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 2, no. 1, p. 55-59, 1999.

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Graphia, 1981.

ARANHANI, Tatiane. **A inserção do jovem em busca do primeiro emprego no mercado de trabalho de Cacoal - RO. 35 f.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2014. Disponível em:< <http://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/915>>. Acesso em 11 de nov. 2019.

BELLIZIA, Ana Paula. **Educação profissional e organização não governamental: panorama dos cursos de formação profissional de jovens trabalhadores no município de São Paulo.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Doi: 10.11606/D.48.2012.tde-16082012-113659. Acesso em: 11 nov. 2019.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil. 1988.** Disponível em:< [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em 14 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)> Acesso em 14 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º

de maio de 1943. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, ano 138, n. 244-E, 20 dez. 2000. Seção1, p. 1-2.

CAMPOS, Franceline Souza. **Projeto Jovem Aprendiz – ides/promenor: Percepção do adolescente sobre a sua inserção no mundo do trabalho.** (TCC) Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social- (UFSC) Universidade Federal de Santa Catarina 2009. Florianópolis –SC. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/119856>>. Acesso em: 18 out. 2019.

CORREA, Carolina Salomão; SOUZA, Solange Jobim e. O que será o amanhã?: Expectativas de jovens sobre futuro, política e trabalho. **Desidades**. Rio de Janeiro, v. 8, p. 19-29, set. 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2318-92822015000300003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822015000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 26 out. 2019.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 23-44, março de 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/03.pdf>>. Acesso em 26 de out de 2019.

CARVALHO, Joari Aparecido S. de. **Alguns aspectos da inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil**. Psicólogo e educador, mestrando em Psicologia Social e especializando em Orientação Profissional pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Artigo produzido enquanto era aluno do curso de Formação Política da Escola de Governo de São Paulo, em 2004. Disponível em:<<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/146.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2019.

CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, 2005, p. 2-11.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

GUIMARÃES, Alexandre, Q.; ALMEIDA, Mariana E. **Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil**. 2013. Disponível em:<<https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6845/4926>>. Acesso em 11 de nov. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 03 de abr. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil 2006. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/suplementos/afazeres/publicacao\\_afazeres.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/suplementos/afazeres/publicacao_afazeres.pdf)>. Acesso em: 23 de out. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Brasília, 2014. Disponível em:<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2019.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política: livro I**. 20 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MÁXIMO, Thaís Augusta Cunha de Oliveira. **Significado e inserção Profissional para Gerentes e Aprendizes Egressos do Programa Jovem Aprendiz**. João Pessoa. 2012. 359f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba / Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Paraíba.

MINAYO, M. C. de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 109 p.

NUNES, Maisa B. de A.; FERNANDEZ, Cristiane B. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. **Katálisis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 64-72, jan. /Jun.2016.

KERBAUY, Maria T. M. (2005). **Políticas de Juventude: Políticas Públicas ou Políticas Governamentais?** Estudos de Sociologia, 19, 193-203. Disponível em:<<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106967/ISSN1982-4718-2005-10-18-193-206.pdf?sequence=1>>. Acesso em 20 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília, 2009. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms\\_230674.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_230674.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2018.

PARENTE, Cristina et al . **Os jovens pouco escolarizados no mercado de trabalho português**. Anál. Social, Lisboa , n. 210, p. 74-102, mar. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0003-25732014000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732014000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 21 nov. 2019.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**. 2.ed. São Paulo: Pblisher, 2000.

\_\_\_\_\_. **M. A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

RAITZ, T. R.; PETTERS, L. C. F. **Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família**: Psicologia & Sociedade. p. 408-416, 2008.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n3/11.pdf>>. Acesso em 28 set. 2019.

REIS, Vânia. Juventude e Juventudes. In: REIS, Vânia Etal Mattos; LOPES, Kelma Socorro. **Jovens e crianças: outras imagens**. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

RETIZ, Marcia H.M. **Juventude Educação e Trabalho**. VIII jornadas internacionais de Políticas Públicas. Mato Grosso: UFMG, 2017.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: anais, 1997. Leitura: Introdução (p. 24-60); Cap. 1 (p. 64-129); Cap. 3 (p.197 – 270).

SALES, Maria Inez Simões. **A Inserção no Mercado de Trabalho via Informalidade: Uma avaliação do Programa de Geração de Trabalho e Renda em Fortaleza**. (Dissertação) – Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006, 272 p.

SALES, Mione. Política e direitos de criança e adolescentes: entre o litígio e a tentação do consenso. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.) **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 81-104.

SANDER. Cristiane; ROESLER. Marli R. B. (2014). **Os jovens e a política nacional da juventude**. XXII SEMANA ACADÊMICA DE SERVIÇO SOCIAL. Disponível em:<[http://cac.php.unioeste.br/eventos/servicosocialunioeste/docs/edicao\\_anterior/Sander\\_Roesler.pdf](http://cac.php.unioeste.br/eventos/servicosocialunioeste/docs/edicao_anterior/Sander_Roesler.pdf)>. Acesso em 20. Nov. 2019.

SILVA, Marcos Antonio Batista da; NETO, João Clemente de Souza. **Inserção no mundo do trabalho: percepção do adolescente do ensino médio**. 2009 Disponível em < <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/06.pdf>> Acesso em 10 nov. 2019.

TRANCOSO, Acimar. E. R.; OLIVEIRA Adélia A. S. **Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais**. São Joao Del-Rei, MG. 2016. Disponível em:<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v11n2/02.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2019.

TODESCHINI, Remígio. **Combate ao desemprego juvenil no Brasil: a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego**. 2010. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4901/7/mt\\_021\\_6combate.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4901/7/mt_021_6combate.pdf)>. Acesso em 11 Out. 2019.